

# **Impactos da Política de Informática Educativa, na Gestão Escolar, das Escolas Públicas Estaduais do Ensino Básico do Município de Ananindeua/PA**

## *Autores:*

**Nadia de Jesus Cruz  
Martinho** - Mestre em  
Planejamento em  
Políticas Públicas

**Albêne Lis Monteiro** –  
Doutora em Educação -  
Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo –  
PUC/SP

## Resumo

A sociedade globalizada demanda uma nova configuração de conhecimento impulsionado pelo avanço tecnológico em que obriga as pessoas a aprender a aprender tomando por base o aspecto colaborativo e interativo. Em pleno século XXI o acesso à informação é caracterizado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, focada nos recursos digitais da informática com capacidade para gerar e distribuir informações nas malhas da rede em nível mundial com extrema velocidade. Esse cenário de mudanças profundas na educação exigiu a elaboração de políticas públicas educacionais para inserção dos gestores escolares no cenário tecnológico centrado no Computador e *Internet*. A utilização desses recursos abrangendo os aspectos administrativos e pedagógicos da escola pública possibilita melhores resultados no processo educativo e a exequibilidade da Política de Informática Educativa – PIE delineada no Programa Nacional de Informática Educativa - ProInfo. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo explicitar a pesquisa realizada por mim em escolas estaduais da rede pública do município de Ananindeua/Pará, no nível do ensino básico, a fim de verificar quais os impactos causados com a implementação de tal Política educacional, no processo de gestão escolar.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, Educação; Gestão; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

## **Abstract**

The globalized society demands a new configuration of knowledge driven by technological advancement that compels people to learn how to learn while building on the collaborative and interactive aspect. In the XXI century access to information is characterized by the Information and Communication Technologies - ICTs, focused on digital information resources with the capacity to generate and distribute information in the mesh network worldwide with extreme speed. This scenario of profound changes in education required the development of educational policies for entering school managers in the technological landscape centered on computer and Internet. The use of these resources covering the administrative and pedagogical aspects of the public school provides better results in the educational process and feasibility of Educational Computing Policy - PIE outlined in the National Educational Computing - ProInfo. In this sense, the present article aims to describe the research conducted by me in the public state schools in the city of Anantapur / Pará, at the level of basic education in order to see what the impacts from the implementation of such educational policy, in the process of school management.

**Keywords:** Public Policy, Education, Management, Information and Communication Technologies (ICTs).

## Introdução

Nos últimos anos, a dinâmica incomensurável do desenvolvimento científico e tecnológico, tem causado desde a década de 1970 mudanças nos aspectos da convivência humana que caracteriza os seus vários desempenhos como o intelectual, o social, o cultural, o econômico e o político das pessoas que passaram a sentir mais a necessidade de buscarem atualização do processo de conhecimento para alcançarem as mais evidentes configurações do mundo moderno estruturado e desenvolvido a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, centrado nos recursos digitais/Computador interligado a *Internet*. Essas tecnologias que estruturam e reestruturam a base de nossos conhecimentos, a partir de percepções quanto ao manuseio e potencialização do processo produtivo ocasionam o aparecimento de características sociais, educacionais marcantes ao influenciar a disseminação, o armazenamento, a transmissão e a qualidade da informação. A questão mais impactante observada e sentida por todos, é a socialização rápida de informações nas redes digitais em âmbito mundial. Tais mudanças ocorridas em função desse avanço tecnológico têm atingido mais diretamente o processo educacional. E com a inserção desses recursos tecnológicos foram suscitadas novas perspectivas para o processo de gestão escolar das escolas públicas.

O conhecimento que está sendo impulsionado por esses artefatos tecnológicos em uma proporção dimensional quase incalculável e praticamente nunca vista, é a linguagem social mais atual, por isso passiva de contradições individuais e em grupo. Entendê-la, apreendê-la e manuseá-la é sinal de poder. Segundo Lévy (1993, p.75) apud Lima (2008, p.6) “as tecnologias têm papel fundamental no estabelecimento dos referenciais intelectuais e espaços temporais das sociedades humanas; isto é, todas as formas de construção do conhecimento estão estruturadas em alguma tecnologia”. Adentrar nos ditames da tecnologia é um fato infalível.

No campo da educação é que estruturamos a idéia de que a incorporação das novas Tecnologias da Informação e Comunicação/computador e *Internet* não podem adentrar no nosso meio somente como mais uma ferramenta inovadora capaz de fascinar as pessoas. Ela precisa e deve ser incluída como uma forma positiva de ensinar, de aprender e de administrar respeitando o poder de interatividade que esta possibilita para causar impactos relevantes na modernização de atitudes e procedimentos tradicionais do aprender a aprender. Para tal, urge políticas públicas para a educação que ultrapassem as fronteiras do campo educacional, a fim de tecer um entrelaçamento com outros campos de conhecimento de forma interdisciplinar.

Diante a esse panorama social, científico e tecnológico posto e imposto à sociedade contemporânea, as bases estruturais do processo educacional se contorse e demonstra como se pode ficar desorientada mediante a uma evolução tecnológica incontrolável. Segundo Ruaro (2007, p.11), não há como na sociedade contemporânea a instituição educacional formal se desvincular do pensamento reflexivo sobre a função que os recursos tecnológicos possuem para desenvolvimento da atividade curricular. Tais mudanças paradigmáticas potencializadas pela revolução tecnológica requerem muita habilidade dos envolvidos diretamente ligados ao processo educativo tanto para organizar como reorganizar o espaço educativo em prol de um contexto muito próximo da ultrapassagem dos enfadonhos modelos formais de educação.

A educação brasileira não deve avançar sem contar com as exigências sociais mundiais e globalizadas advindas da reestruturação do processo produtivo que impôs o conhecimento como mola propulsora de uma estrutura globalizada economicamente, e socialmente para dar conta das exigências do aparato tecnológico à disposição do mundo todo. Dessa maneira, o processo educativo precisa urgentemente adequar-se às exigências do século XXI, constituída na base da sociedade do conhecimento, a fim de poder caminhar para o avanço na qualidade educacional seja no aspecto qualitativo como no quantitativo. Com isto, nada pode ser considerado estático e acabado, mas deve assentar-se na busca

contínua e constante do conhecimento digital dentro de outros paradigmas. Conforme palavras de Hargreaves (2004, p.17) “as economias do conhecimento são movidas pela criatividade e pela inventividade”.

### **Cenários da Política de Informática Educativa no Contexto da gestão escolar**

No Brasil a política de informática educativa percorreu um caminho significativo de discussões e amadurecimento, mas foi a partir do final da década de 80 que começou a ganhar maior impulso com a criação do Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) em 1989, regulamentado pela Portaria Ministerial nº. 549/89, logo depois foi denominado de PROINFO (1997) e em 2007 reeditado com o nome de ProInfo Integrado. Essas reestruturações preservou a característica básica do programa educativo que trata sobre o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação como forma de atualizar procedimentos e metas positivas no processo educacional brasileiro.

O ProInfo Integrado reeditado no ano de 2007, tem dentre as funções básicas:

- oferecer a infraestrutura aos laboratórios de informática e às administrações das escolas com conexão à *Internet*;
- formação continuada de profissionais da educação (professores, gestores, coordenadores pedagógicos) dentre outros;
- oferta de conteúdos educacionais.

Reestruturar o ProInfo com objetivo principal de utilização das várias mídias eletrônicas, dentre elas, o Computador e a *Internet*, como ferramentas auxiliares na prática pedagógica de professores e gestores escolares da rede pública oferecendo os subsídios necessários para a formação continuada foi outro passo muito importante. Mas isto não deve significar apenas a modernização do ambiente escolar e sim uma forma de qualificar melhor o trabalho do gestor escolar e

auxiliares diante de exigências do contexto social tecnologicado. Esse programa de amplo alcance na ação de formação continuada inclusive em nível da Educação à Distância vem ao encontro das necessidades e expectativas educacionais.

Dados contidos no relatório do MEC referente ao período de 1997 a 2002, demonstrou que os gestores escolares não foram incluídos inicialmente nas metas para participarem dessa formação das tecnologias da informática, mas apesar disso tiveram a possibilidade de serem preparados 4.036 deles em nível nacional.

Essa atitude de não inserção inicial no rol dessa política constituiu-se em um grave equívoco, pois excluir esse profissional que congrega, coordena e direciona ações educacionais no âmbito do ambiente escolar, significa inviabilizar toda a capacidade profissional do gestor para adentrar e conceber a revolução tecnológica que acontece bem próxima de todos nós. Desvirtuar objetivos, atitudes e práticas que poderão a meu ver, impulsionar melhores condições de desempenho das atividades administrativas e didático-pedagógicas na organização do contexto educacional é um flagrante prejuízo social e cultural da sociedade do conhecimento.

Para referendar uma atitude até então não formalizada do ponto de vista da política de TICs, no ano de 2002, a Secretaria de Estado de São Paulo em parceria com a Microsoft Brasil, implantou o projeto Gestão Escolar e Tecnologias, desenvolvido sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), tendo como foco a formação dos gestores educacionais envolvendo todos os órgãos de ensino da administração central (dirigentes e assessorias das diretorias de ensino) e da administração das escolas (diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico). O programa apresentou bons resultados que, logo depois foi expandido para mais dez estados brasileiros, dentre eles, o Estado do Pará que ofereceu ainda em 2002, o Curso de Formação de Gestores Escolares e Coordenadores para a Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação, em nível de Especialização, na modalidade semipresencial, promovido pela UFPA/PUC/SP/PROINFO-SEED/MEC, objetivando a inserção dessas tecnologias no contexto da gestão escolar.

No estado do Pará, uma das ações iniciais no início da década de 1990 do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) foi oferecer o curso de microinformática para os gestores escolares e coordenadores pedagógicos com objetivo de familiarizar esses profissionais para uso das TICs/computador interligado à *Internet*, e assim, entender a importância da utilização desses recursos no processo ensino aprendizagem.

A tecnologia da informática aparece como um recurso natureza acadêmico - administrativa com o propósito de alcançar vãos e alcançar objetivos que favoreçam a operacionalização de um trabalho integrado no ambiente escolar. O trabalho da gestão a partir das tecnologias tem necessidade de se articular com o aspecto pedagógico. Para isto torna-se necessário ao gestor escolar rever e refletir sobre as novas funções de desempenho profissional e, com isto, colocar em prática sua função de educador e administrador. As diretrizes nacionais da política de TICs aponta para este caminho quando prever a formação continuada desse profissional na perspectiva didático-pedagógica.

O ProInfo Integrado (2007) que prever com maior ênfase a formação de gestores escolares e coordenadores pedagógicos das escolas públicas brasileiras, a partir das tecnologias da informática enfatiza a importância da ação articulada de atividades no espaço educacional em que a atividade administrativa e a técnico-pedagógica se complementam. Tal política ratifica a prática a partir dos cursos propostos pelo MEC/PROINFO/2007.

1- Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs (100h) que tem como objetivo oferecer subsídios teórico-metodológicos a professores e gestores escolares.

2- Elaboração de projetos (40h) que visa capacitar os professores e gestores escolares para que possam desenvolver projetos a serem utilizados na sala de aula junto aos alunos, integrando as tecnologias de educação existentes na escola.

3-Curso de Especialização de Tecnologias em Educação (400h) a proposta principal do curso é propiciar a formadores/multiplicadores dos programas ProInfo Integrado, TV escola, mídias na educação, formação pela escola e pró- infantil e a professores efetivos da rede pública de ensino e gestores escolares, especialização, atualização e aprofundamento nos princípios da integração de mídias e a reconstrução de prática político - pedagógica.

Esses princípios formativos apresentam-se cada vez mais necessários para dar conta das exigências sociais, políticas e educacionais deste século. Nessa perspectiva não resta dúvida de que os órgãos gerenciadores da educação deverão ampliar mais o seu leque de atendimento aos profissionais da educação oferecendo a formação continuada com base nas diretrizes da atual política de informática educativa, além do que deverá criar mecanismos de estímulos para possibilitar a participação destes profissionais como uma maneira de adequarem-se as exigências da sociedade do conhecimento impulsionada pelo avanço tecnológico.

Os recursos digitais da informática utilizados no processo organizativo/administrativo da escola têm o poder de oferecer ao gestor do espaço escolar a possibilidade de atender a todos os aspectos sobre os quais poderá envolver a comunidade escolar na perspectiva do alcance do princípio da qualidade educacional, mencionado no rol da política pública educacional. Essa expectativa é perfeitamente alcançável basta que a educação seja tratada com ética e respeito e traçadas a partir das necessidades de seus usuários.

### **Convergências e Tensões da Política de Informática Educativa**

Como ângulos evidentes mencionados pelos entrevistados nesta pesquisa a respeito da Política de Informática Educativa nas escolas públicas estaduais do ensino básico do município de Ananindeua, focado no processo de gestão escolar, foram em relação às dificuldades encontradas no que diz respeito a: frequentes mudanças dos gestores da educação e de seus assessores diretos; ausência de

planejamento por parte da SEDUC para o processo de Gestão escolar, visando o uso das tecnologias da informática na perspectiva da ação articulada entre os aspectos administrativos e pedagógicos da escola; a ausência de formação na área da informática educativa da grande maioria dos gestores escolares pesquisados; demora do técnico em informática para consertar os equipamentos da escola; má qualidade no acesso à *Internet*; falta de um sistema de segurança para não permitir furto dos computadores da escola; e por fim, demora e/ou dificuldade em conseguir o apoio da Secretaria de Estado de Educação no que se refere a execução da política de informática educativa no aspecto geral.

O Estado do Pará que já desenvolve atividades relativas à Política de Informática educativa desde o final da década de 80, tem o seu pioneirismo registrado na história, tendo sido desenvolvida ao longo desse tempo com variações de “períodos bons e períodos ruins”, dependendo do gestor que esteja atuando. Apesar disso, tem havido um esforço sistemático nos últimos anos dos órgãos gerenciadores da educação em estabelecerem políticas públicas nesse sentido. A grande questão centra-se no fato da exequibilidade continuada ou não das ações.

No Estado, segundo os pesquisadores (QUEIROZ, 2002 apud PEREIRA, 2005), houveram períodos de interrupção de tal política (1988 e 2002 a 2006). Este último que foi o mais longo, foi o momento em que as atividades dos NTEs ficaram concentradas somente na realização de cursos de formação continuada em parceria com o MEC. Dos 40 (quarenta) técnicos-professores que estavam lotados no Núcleo Central/ Belém ficaram somente 06 (seis) desses profissionais permaneceram para desenvolver as atividades do núcleo. A consequência disto, é que o trabalho sofreu uma solução de continuidade, visto que tais técnicos não tiveram condições de realizar o assessoramento pedagógico nas escolas.

No período de 2007 a 2010, tal política foi revigorada pelo novo governo tanto que foram estabelecidas algumas metas para execução da política de informática educativa, dentre elas; Formação de mais 2000 (dois) mil profissionais da educação, lotação desses profissionais para execução de atividades a partir das tecnologias da informática, aquisição de equipamentos e o acesso à internet via

banda larga. Mas apesar disso, a pesquisa mostrou que até o ano de 2009 a situação não havia mudado, uma vez que nos onze Núcleos de Tecnologia Educacional no Estado continuavam lotados os mesmos seis técnicos.

No que diz respeito ao conhecimento da Política explicitada no ProInfo os gestores escolares forma unanimes em afirmar que a conhecem, pois já convivem com o desenvolvimento de ações no aspecto do processo administrativo e organizativo da escola há aproximadamente seis anos. Por isso, a pesquisa constatou que as atividades que conseguem realizar com o computador interligado à internet é bastante limitado as atividades organizacional do ambiente escolar, o que contradiz a norma nacional da Política de Informática educativa que prever a utilização desses recursos de forma articulada abrangendo o administrativo e o pedagógico da escola.

O fato mais explícito na vida e particularmente no processo educacional é que sempre temos receio para viver mudanças, colocamos sempre os empecilhos, as dificuldades para não fazê-la, "sempre achamos justificativas para a inércia ou vamos mudando mais os equipamentos do que os procedimentos" (MORAN, 2007, p.1). A educação está muito engessada, previsível, cansativa (*ibidem*). É possível reconhecer a dificuldade, a impotência e a resistência diante desses processos tecnológicos no campo educacional de alguns que julgam procedente colocá-la para segundo plano. Os dados coletados não demonstraram nenhuma resistência tecnológica por parte dos gestores escolares em utilizá-los no dia a dia para execução de atividades do dia a dia, pelo contrário a vêem como positiva, uma vez que proporcionam facilidade, rapidez e eficiência para a matrícula, preparação da documentação acadêmica dos alunos, lotação de professores, comunicação via e-mail interna e externa, censo escolar e sistema informatizado de empréstimo de livros da biblioteca, dentre outras.

Percebi, no entanto, que na grande maioria dos casos o que existe é a ausência de uma formação mais adequada para colocar com mais evidência o resultado do trabalho conforme exigência da política de informática educativa representada pelo ProInfo. Por isso, urge a necessidade imediata de se submeterem

a atualização do processo de formação continuada que atenda o novo foco de tal política, como forma de revigorar suas ações e concretizá-las na perspectiva de uma atuação de educador – ações de gestão articulada às ações pedagógicas em que oferece várias possibilidades de familiaridade com as TICs.

Quanto a infraestrutura tecnológica da informática, os gestores na maioria se mostraram insatisfeitos, uma vez que a comunidade escolar é em número grande e variável e a quantidade de equipamentos é insuficiente, bem com a manutenção que demora demais a ser feita quando da necessidade.

Outro aspecto deficiente é quanto a falta de um Planejamento de ações por parte da Secretaria de Estado de Educação para uso dos recursos da informática no processo de gestão escolar para que gestores escolares(diretores e vice-diretores) e técnicos-pedagógicos desenvolvam atividades de forma a contemplar os aspectos administrativo e pedagógico da escola conforme prever as diretrizes da política nacional. Segundo a Coordenadora da CTAE, o órgão responsável pela Política de Informática da SEDUC, tem oferecido aos gestores escolares contribuição para execução de tal política nos aspectos do assessoramento para montagem dos laboratórios de Informática e oportunidade para participarem de diversos cursos básicos na área da informática e informática educativa que são realizados pelo Núcleo de Tecnologia Educacional em parceria com o MEC/ProInfo Integrado. A maioria dos cursos são oferecidos na modalidade à distância com encontros presenciais e semipresenciais, a saber: (RELATÓRIO/NTE, 2009):

1-Curso de Introdução à Educação Digital, cujo foco é promover a inclusão digital de professores e gestores escolares. Este curso tem carga horária de 40 h e o objetivo é apresentar aos professores e técnicos em educação o computador, o sistema operacional Linux, os aplicativos, o BR Office (editor de texto, de apresentação e planilha eletrônica) e a *Internet*.

2-Curso Ensinando e Aprendendo com as TIC, com carga horária de 100 h. Este curso busca articular, de modo criativo, a tecnologia

ao trabalho do professor, discutindo as concepções, metodologias e estratégias de ensino.

3-Curso de Elaboração de projetos, com carga horária de 40 h. Neste curso os professores são instigados a pensarem e articularem três elementos: o projeto pedagógico, as tecnologias e o currículo. Durante o curso, o professor elabora e executa um projeto pedagógico em sua escola e busca refletir sobre todo o desenvolvimento do processo, ou seja, da elaboração à execução.

4-Curso de Especialização de Tecnologias em Educação (400h) em que podem participar Professores e gestores das escolas públicas contempladas ou não com laboratórios de informática pelo ProInfo, técnicos e outros agentes educacionais dos sistemas de ensino responsáveis pelas escolas com objetivo de: (MEC/PROINFO INTEGRADO,2010).

- a) Desenvolver competências que permitam orientar, produzir, capacitar e apoiar o uso/aplicação político-pedagógica das tecnologias de informação e comunicação nos sistemas escolares das diversas unidades da Federação;
- b) Possibilitar a tomada de consciência para compreender as várias dimensões do uso pedagógico das novas mídias e tecnologias, favorecendo a reconstrução das práticas educativas, tendo em vista o contexto da sociedade em constante mudança e uma nova visão epistemológica envolvida nos processos de conhecimento;

- c) Planejar e executar ações a partir de uma ótica transformadora viabilizando a articulação entre o projeto político-pedagógico, as atividades de gestão e a prática educativa mediada por tecnologias.

Segundo NTE/Belém, nos anos de 2008 a 2009 concluíram a formação continuada na área das tecnologias da informática, cerca de 500(quinientos) profissionais da educação (professores, técnicos-pedagógicos e gestores escolares) da rede pública estadual, quando a meta era de oferecer essa formação para cerca de 2000(dois) mil profissionais.

Diante disso, pergunta-se: por que o gestor escolar e seus auxiliares não estão buscando a formação continuada na área da informática educativa quando a era tecnológica está bem próximo do ser humano e a tendência é expandir-se cada vez mais sem respeitar as fronteiras?. Essa questão foi respondida informalmente por dois gestores entrevistados que participaram da pesquisa, afirmando o seguinte: o primeiro explicitou que há uma grande falta de interesse do profissional, haja vista que a todo o momento a SEDUC disponibiliza vagas para que esse tipo de formação aconteça e o segundo informa que iniciou o curso de Informática educativa pelo NTE/-Belém, mas teve necessidade de interromper em função da falta de tempo ocasionado pelo excesso de trabalho diário que necessita dar conta..Com isso, o fato revelado na pesquisa de que 72% dos pesquisados não possui a formação na área da informática educativa tem procedência.

Por outro lado, é possível afirmar que esse processo de formação continuada muitas vezes não consegue se concretizar em função desse gestor ser exigido sistematicamente a desenvolver um grande volume de atividades burocráticas o que demanda muito tempo do profissional bem como a falta de estímulo financeiro para se atualizar. Essas múltiplas atividades da função referem-se a: gerir todo o espaço escolar, conhecer, cumprir e fazer cumprir a legislação educacional na escola, resolver problemas junto ao órgão mantenedor e comunidade escolar, representar a escola oficialmente e acompanhar a execução do projeto pedagógico da escola. Esta é reconhecidamente uma realidade no meio

educacional, porém não deverá se constituir na maior das dificuldades, há que se criar ou exigir mecanismos para que esse tipo de formação aconteça. Os recursos digitais da informática utilizados no processo organizativo/administrativo da escola têm o poder de oferecer ao gestor do espaço escolar a possibilidade de atender a todos os aspectos sobre os quais poderá envolver a comunidade escolar na perspectiva do alcance do princípio da qualidade educacional, mencionado no rol da política pública educacional. Essa expectativa é perfeitamente alcançável basta que a educação seja tratada com ética e respeito e traçadas a partir das necessidades de seus usuários.

Na história da educação brasileira, o fato de se possuir uma carga horária extenuante de trabalho para se buscar a sobrevivência digna de um cidadão comum não é novidade, pois se trata de um trabalhador brasileiro que carrega sobre os seus ombros muitas obrigações, poucos direitos, apesar dos discursos políticos promissores que rondam a educação neste País.

Ainda em termos de formação continuada, os dados revelam que na rede pública estadual do município de Ananindeua/PA, 72% dos gestores escolares só possuem a formação básica na área da informática, 14% possui a formação específica da informática educativa e 14% não possui nenhum tipo de formação básica ou educativa. Portanto, esse torna-se um dos maiores problemas, pois com essa limitação o fomento da política fica altamente comprometida diante dos objetivos que necessitam ser alcançados. A informática educativa representa uma parcela do mundo, por isso fortalecer o uso das novas tecnologias os resultados alcançados podem mudar sobremaneira a qualidade da educação oferecendo assim, possibilidade para a inclusão digital e desenvolvimento do papel social que a educação por missão deve oferecer.

Esta realidade que permanece em nosso estado na área da informática educativa é um autêntico flagrante do descaso com que as autoridades tratam o processo educativo em pleno século XXI, onde a ciência e tecnologia se desenvolvem de forma rápida e incontida em todo mundo e na vida de todos. Não há mais espaço para ficar só refletindo e estruturando normas, leis, mas há

necessidade sim de reagir e agir sobre esses caminhos educacionais para incrementar e melhorar os índices educacionais brasileiros, especialmente do estado do Pará.

Diante disso, é inevitável a pergunta: teremos condições de melhorar esse quadro problemático na execução de políticas públicas educacionais, devidamente pensadas, estruturadas recheadas de marketing, porém, com pouca exequibilidade? É preciso que as mudanças se estendam a diferentes aspectos, envolvendo a organização da escola, a gestão do espaço e do tempo escolar, bem como a estrutura e normas do sistema de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas (PRATA, 2005, p.29).

Há necessidade do órgão competente da Secretaria de Estado de Educação responsável pela execução da política de informática educativa elaborar um planejamento a partir desses aspectos para envolver esses profissionais, a fim de adequar as ações a serem desenvolvidas no contexto escolar a partir das TICs. Inserir o computador nas escolas públicas é uma atitude complexa, visto que há necessidade de envolvimento de toda a comunidade escolar para efetivar o apoio e compromisso de todos.

Para retratar melhor esta situação a educação no estado do Pará que vive uma rotatividade muito grande nos últimos anos de seus gestores demonstra que, apesar de estabelecer metas na área da Informática educativa a serem alcançadas no período de governo (2007 a 2010), apresenta indícios de que não conseguiu estabelecer visto que durante esse espaço de tempo assumiram a pasta da educação 06(seis) Secretários de Educação e 03(três) Coordenadores de Tecnologia Aplicada à Educação. Isto significa dizer que cada Secretário de Educação ficou em média 08(oito) meses exercendo o cargo. Infelizmente, esta é uma prática muito comum, no entanto, bastante problemática, uma vez que gera instabilidade e falta de continuidade no desenvolvimento das ações que corroboram na efetivação de políticas públicas para a educação.

Nesse contexto de estruturação da política de informática educativa no Estado, segundo as pesquisas de Pereira (2005) e Queiroz (2002 apud PEREIRA, 2005), entre outras, demonstram que ela ainda não conseguiu se estabelecer em instituições de ensino público com o potencial que lhe é peculiar. Uma das questões referenciadas pelos autores é a falta de compromisso dos órgãos educacionais competentes e a grande rotatividade de gestores no e do governo, dificultando a exequibilidade das políticas elaboradas.

A descontinuidade das políticas públicas não é uma questão que afeta apenas um ou mais programas ou iniciativas governamentais. Paralelamente à não implementação de um programa ou à sua paralisação em qualquer das etapas - um prejuízo em si (QUARTIERO,2007, p.81).

Essa descontinuidade de ações e decisões governamentais feitas a partir de critérios político-partidário deflagra um explícito prejuízo social, haja vista que cada gestor possui concepções diferentes, no entanto é de bom alvitre traçar a política como sendo de Estado (longo prazo) e não simplesmente de governo (geralmente tem curto prazo). A visão política de quem assume o poder ao determinar o que se deve desenvolver enquanto política pública para determinada área de atuação, é um flagrante prejuízo social, financeiro, cultural e moral para a sociedade que espera resultados significativos para a educação pública brasileira.

Segundo o Coordenador e mais 03(três) técnicos entrevistados em fevereiro/2009, pertencentes ao Núcleo de Tecnologia Educacional/Belém/PA, revelaram que a época mais problemática de interrupção na política de informática educativa refere-se ao período de governo entre 2002 a 2006, em que as ações se detiveram apenas em cumprir com o cronograma de aquisição e distribuição de equipamentos de informática pelas escolas e uma tímida formação continuada, sem haver a preocupação do sistema educativo estadual em elaborar um Plano de Trabalho que pudesse propiciar o avanço na operacionalização de atividades relativas à informática educativa, centrada tanto no processo ensino aprendizagem e da gestão escolar. Dotar o sistema educacional de recursos tecnológicos da

informática e telemática não deve significar apenas a modernização do processo educacional, há que se desenvolver práticas que propiciem essa modernidade, a fim de se cumprir objetivos e metas, haja vista que os equipamentos por si só não conseguem traduzir mudanças milagrosas. Há necessidade de atualizar a prática dos gestores escolares por meio dos novos equipamentos de informática e na concepção de ação.

Corroborando com essa situação a denúncia da Secretaria de Estado de Educação explicitada no Plano da Educação Básica no Pará: Elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos, pois:

[...] no início do governo popular, constatou-se que apesar do aumento da aquisição de computadores, em grande parte com verbas do governo federal, e da implantação de mais Laboratórios nas escolas públicas, estes equipamentos eram pouco utilizados do ponto de vista educacional pelos professores, alunos e comunidade escolar. (PARÁ e SEDUC. **Informática na Educação: nossos desafios**, 2008, p.114).

Contudo, a meu ver, não basta somente poder contar com a infra-estrutura da informática, apresentar um plano “recheado” de concepção e metodologias, pois é necessário ter o trabalho do profissional qualificado e designado para tal, como oferecer um serviço adequado de manutenção dos equipamentos de informática.

Todas essas questões problemáticas de mudanças nas esferas governamentais em nível federal, municipal, e estadual, sem o cuidado de perceber que embora melhore um pouco a posição social das pessoas de menor poder aquisitivo algumas políticas devem ser preservadas por colaborarem com o desenvolvimento social, moral e cultural da população. Importante referenciar que nos últimos anos, já existe em alguns casos, a preocupação por parte de alguns governantes em preparar políticas públicas para serem cumpridas pelo estado brasileiro e não por apenas um governo que, em tese, será passageiro. Ainda assim, há muito que se avançar neste tipo de concepção e ação. Estruturar e operacionalizar ações benéficas de políticas públicas a longo prazo pode significar desenvolvimento social, econômico, político e cultural capaz de mudar a história de

um país. Não devemos ficar refém de ciclos políticos que atuam sem o olhar para o coletivo. A educação que se inclui no rol da legítima estruturação tecnológica em nível de discursos políticos do País, como a maior propulsora do desenvolvimento social de um povo, tem sido secundarizada e, como consequência, tem carreado na maioria das vezes, resultados negativos. As estatísticas e resultados de avaliação divulgada pelo órgão competente (MEC) têm demonstrado essa situação. É importante e necessário elaborar políticas públicas para a educação que seja executada com seriedade e atenda a todos indistintamente e sem risco de continuidade.

Apesar desses fatos, observo que nesse contexto de análise documental e nos dados de campo coletados, há um esforço por parte do poder público em re-estruturar e re-sistematizar as ações para a concretização no espaço educacional da política de informática educativa, iniciada desde o final da década de 90(noventa), no Estado do Pará, por ocasião do governo de Gueiros. Desde então, os passos iniciais para implementação de tal política pública foram deflagrados. Por isso a afirmativa de que o Pará foi um dos pioneiros em desenvolvimento de ações na área da informática educativa procede.

Contudo, percebi que a Política de Informática Educativa foi invariavelmente desenvolvida a partir das diretrizes do Programa Nacional de Informática Educativa - ProInfo, integrado necessita ser estudada, analisada e ampliada pelos gestores educacionais I para ser cumprida exemplarmente, afinal, ela foi criada para atender as exigências do cenário político tecnológico nacional e mundial e atinge toda a educação pública brasileira com todas as suas especificidades e modalidades de ensino (fundamental ao superior).

A coordenadora da CTAE/SEDUC afirma que referida política foi implantada em apenas 30%(trinta) dos municípios paraenses. Isto revela que dos 143(cento e quarenta e três) municípios do Estado do Pará, apenas 43(quarenta e três) estão inseridos nessa política. Os 70%(setenta) restantes desses municípios não contam com esse benefício e as causas apontadas pela coordenação para a não

concretização da ação baseia-se no fato de que em muitos municípios ou lugarejos do Estado não há energia elétrica e tampouco sistema de telefonia.

Diante desses fatos, não há como negar, executar uma política pública, é preciso ter clareza, determinação política e perspectivas de melhorias a longo prazo, médio e curto prazo para se atingir resultados. É necessário estabelecer prioridades na teoria, priorizá-las e executá-las na prática, porque não convém mais os discursos com promessas mirabolantes dos agentes públicos.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa que foi fruto de minhas inquietações enquanto servidora pública da rede estadual de ensino que exerce a função de gestão e busca dar respostas as perguntas explicitadas nesta pesquisa que ajudou-me a compreender as razões das dificuldades para executar a política de Informática Educativa na rede pública do município de Ananindeua no Estado do Pará. Com isso pude entender melhor o processo dos acontecimentos que presenciei no ambiente escolar. Contudo a investigação só representa uma ponta do iceberg que precisam ser exploradas futuramente por mim e por outros pesquisadores.

Pesquisar e Coletar informações alimentam o conhecimento, representa certamente, a maior contribuição acadêmica para a minha vida profissional. A percepção que tenho sobre ao assunto não é a mesma de antes, sinto-me em uma posição um pouco mais confortável e segura para fazer afirmações mais concretas em relação à política pública de informática educativa, no âmbito da gestão escolar, no município de Ananindeua/PA.

A política de informática educativa tem tido muitas produções acadêmicas, porém, na maioria das vezes, ela tem sido irregular na sua execução no Estado do Pará, haja vista que, sofreu relativas interrupções em nível local, por um período significativo (2002 a 2006), em função de suas ações terem sido desenvolvidas de forma parcial, por ter se restringido basicamente a aquisição de equipamentos e poucos cursos de formação continuada. Isto se reveste em um

problema por ter dificultado avanços que poderiam ser importantes no processo educativo do Estado do Pará.

A pesquisa realizada demonstrou que a implantação da política de informática educativa nas escolas públicas estaduais do município de Ananindeua no processo de gestão escolar teve seus impactos positivos e negativos na sua execução. Como positivos percebi que os gestores escolares foram obrigados a participarem de cursos de formação continuada por parte dos gestores escolares e seus assessores para lidar com os recursos da informática. Assim sendo, tiveram oportunidade de melhorarem a execução de atividades burocráticas e administrativas no âmbito da escola com mais eficiência, rapidez e qualidade nos serviços. Além de ter facilitado a comunicação interna e externa via e-mail.

Por outro lado, os pontos negativos apontados enfaticamente pelos sujeitos participantes foram: interrupção na implementação de tal política, haja vista a grande rotatividade de gestores que assumem a pasta da educação, ausência de um planejamento que obedeça as diretrizes nacionais do programa, deficiência na formação de gestores escolares na perspectiva da utilização das tecnologias da informática na perspectiva da ação articulada entre os aspectos administrativo e pedagógico e ainda a infraestrutura deficiente incluindo a má qualidade no acesso à *Internet*.

Entendo que as questões problemáticas encontradas ao longo desta pesquisa de campo podem ser sanadas, desde que os governantes compreendam que investir em educação com seriedade rende com toda certeza ganhos sociais, políticos e econômicos incalculáveis para o país, tendo como aliada as tecnologias digitais da informática. Nessa direção a Secretaria de Estado de Educação necessita empenhar-se visando a readequação nas ações da área da informática educativa no processo de Gestão escolar, oferecendo condições para que ela aconteça e se estabeleça com base nas metas e objetivos contidas na política pública nacional em vigor – ProInfo Integrado, reeditado em 2007.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO**: Bases legais/Ministério da Educação, s.n. Brasília. 2007. Disponível em [http://<www.mec.gov.br>](http://www.mec.gov.br). Acesso em fev.2009.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação.**Novo Programa Nacional de Tecnologia Educacional Educativa -ProInfo Integrado e Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE**/.2007.Brasília/DF. Disponível em [http://:mec.gov.br](http://mec.gov.br)>. Acesso em mar.09

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.17.

LIMA, Fabíola da Conceição. **Gestão Escolar hoje**: a cultura tecnológica no espaço escolar. Maio/2008. Universidade Estadual do Maranhão / Núcleo de Educação a Distância. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200892459PM.pdf>>. Acesso em setembro. 2009.

MORAN, José Manuel. **Mudanças Profundas e Urgentes na Educação**. 2007. Disponível em [http://:www.eca.usp.br/prof/moran](http://www.eca.usp.br/prof/moran)>. Acesso em Abril 2009.

PEREIRA, Franz Kreüther. **Código de Modernidade e Sistemas Antigos**: A Propósito do Uso da Informática pelos Professores de Matemática da Rede Pública Estadual em Belém. 2005. Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas. Universidade Federal do Pará. Núcleo Pedagógico de Apoio ao desenvolvimento Científico. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas – Mestrado. Belém/PA, 2005.

PRATA, C. L. **Gestão Democrática e Tecnologias de Informática na educação Pública**: o ProInfo no Espírito Santo. Dissertação de Mestrado em Educação, 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação, 2005.

RUARO Laurete Maria. **A Educação Para e Com a Mídia** – Análise da Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Rede Pública de Educação: Programa Paraná Digital. Dissertação de Mestrado em Educação, 2007. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Centro de Teologia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Educação. Curitiba. 2007, p.11.

TEIXEIRA, Izabel Souza. **Relatório do NTE/Belem** (2009). [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nj-cm@hotmail.com > em 30 de maio de 2009.

QUARTIERO, Elisa M. **Políticas Públicas para a utilização das Tecnologias da Informação e de Comunicação na Educação** In: VIEITEZ. C.G.; BARONE, R. E.M(Orgs). Educação e Políticas Públicas. Tópicos para debate. Araraquara, SP: Junqueira& Marin, 2007.